



CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

RETIFICAÇÃO Nº 01 - Ao Edital 01/2017

A Comissão Organizadora do Concurso Público e o INSTITUTO IBDO, tornam pública a RETIFICAÇÃO Nº 01 ao Edital 01/2017, permanecendo inalterados os demais itens do referido edital:

1º - Onde se lê:

ANEXO III - CRONOGRAMA PREVISTO

DATA	EVENTO
19/02/18 a 23/03/18	Inscrições dos Candidatos no Concurso Público. (Internet e presencial)
19/02/18 a 21/02/18	Pedido de isenção de taxa de inscrição
09/03/18	Resultado dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.
12/03/18 a 14/03/18	Recurso dos pedidos de isenção de taxa de inscrição
19/03/18	Resposta aos recursos dos pedidos de isenção de taxa de inscrição
26/03/18	Último dia para envio do Laudo Médico pelo candidato que quiser concorrer como PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS
06/04/18	Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências
09/04/18 a 11/04/18	Recurso da Relação Preliminar dos Candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências
24/04/18	Divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da Relação de Candidatos Inscritos





24/04/18	Divulgação de listagem dos candidatos com necessidades especiais momentâneas
24/04/18	Resposta ao recurso da Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências
24/04/18	Divulgação do Local de Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha e confirmação de data e horários de provas)
29/04/18	Realização das Provas: Objetiva de Múltipla Escolha
30/04/18	Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
02/05/18 a 04/05/18	Período dos Recursos contra os Gabaritos Provisórios.
15/05/18	Divulgação do Gabarito Final pós recursos
15/05/18	Divulgação do Resultado Preliminar das Provas Objetivas
16/05/18 a 18/05/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas
22/05/2018	Divulgação do Julgamento dos recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas
23/05/18 a 25/05/18	Período de envio dos Títulos pelos candidatos inscritos no(s) cargo(s) mencionado(s) no item 9.1 deste Edital e que obtiverem a pontuação mínima exigida na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.
08/06/18	Divulgação do Resultado Preliminar das notas dos Títulos
11/06/18 a 13/06/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao resultado preliminar da Prova de Títulos
20/06/18	Divulgação do Julgamento dos recursos do Resultado Preliminar da Prova de Títulos
20/06/18	Divulgação do Resultado Final





Leia-se:

ANEXO III - CRONOGRAMA PREVISTO

DATA	EVENTO			
21/02/18 a 23/03/18	Inscrições dos Candidatos no Concurso Público. (Internet e presencial)			
21/02/18 a 23/02/18	Pedido de isenção de taxa de inscrição			
09/03/18	Resultado dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.			
12/03/18 a 14/03/18	Recurso dos pedidos de isenção de taxa de inscrição			
19/03/18	Resposta aos recursos dos pedidos de isenção de taxa de inscrição			
26/03/18	Último dia para envio do Laudo Médico pelo candidato que quiser concorrer como PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS			
06/04/18	Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências			
09/04/18 a 11/04/18	Recurso da Relação Preliminar dos Candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências			
24/04/18	Divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da Relação de Candidatos Inscritos			
24/04/18	Divulgação de listagem dos candidatos com necessidades especiais momentâneas			
24/04/18	Resposta ao recurso da Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências			
24/04/18	Divulgação do Local de Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha e confirmação de data e horários de provas)			
29/04/18	Realização das Provas: Objetiva de Múltipla Escolha			
30/04/18	Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.			
02/05/18 a 04/05/18	Período dos Recursos contra os Gabaritos Provisórios.			





15/05/18	Divulgação do Gabarito Final pós recursos		
15/05/18	Divulgação do Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
16/05/18 a 18/05/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
22/05/2018	Divulgação do Julgamento dos recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
23/05/18 a 25/05/18	Período de envio dos Títulos pelos candidatos inscritos no(s) cargo(s) mencionado(s) no item 9.1 deste Edital e que obtiverem a pontuação mínima exigida na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.		
08/06/18	Divulgação do Resultado Preliminar das notas dos Títulos		
11/06/18 a 13/06/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao resultado preliminar da Prova de Títulos		
20/06/18	Divulgação do Julgamento dos recursos do Resultado Preliminar da Prova de Títulos		
20/06/18	Divulgação do Resultado Final		

2º - Onde se lê:

103	Motorista	Elementar (Alfabetizado) + Carteira de Motorista Categoria D	40 Horas	4	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00
104	Telefonista	Ensino Fundamental Completo	40 Horas	1	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00





Leia-se:

103	Motorista	Elementar (Alfabetizado) + Cumprimento do Art. 138 do Código de Transito Brasileiro	40 Horas	4	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00
104	Telefonista	Ensino Fundamental Completo	30 Horas	1	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00

Rio Bonito, 22 de Dezembro de 2017.

Comissão Organizadora do Concurso Público

INSTITUTO IBDO





EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO - № 01/2017

O Prefeito Municipal de Rio Preto, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República, pela Lei Orgânica do Município e pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Preto, instituído pela Lei nº 1.183/2007, pela Lei Complementar nº 1.154/2006 (Plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do município de Rio Preto-MG), pela Lei nº 1.470/2017 (Consolida os cargos efetivos do Poder Executivo Municipal de Rio Preto) e outros dispositivos legais, resolve tornar públicas as instruções destinadas à realização do Concurso Público para provimento de cargos atualmente vagos, existentes na Prefeitura Municipal de Rio Preto, conforme o Edital a seguir:

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e será executado técnico e administrativamente pelo INSTITUTO BRASILEIRO INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA EPP INSTITUTO IBDO.
- 1.1.1. O prazo de validade do presente Concurso Público é de **02 (dois) anos**, contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por uma única vez, por igual período, mediante ato do Prefeito Municipal.
- 1.1.2. Os CLASSIFICADOS no Concurso Público para os cargos do Poder Executivo serão nomeados sob Regime Único Estatutário, nos termos da Lei nº 1.183/2007, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Preto, e suas alterações, acessíveis na Prefeitura Municipal de Rio Preto.
- 1.1.3. A aprovação no concurso fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do seu prazo de validade e limites de vagas existentes ou que vierem a vagar ou forem criadas posteriormente, sendo que todas as vagas oferecidas serão obrigatoriamente providas dentro do prazo de validade do certame. Portanto, todos os candidatos aprovados dentro do número de vagas oferecidas, terão direito à nomeação dentro do prazo de validade do presente certame.
- 1.2. Os cargos públicos objeto do Concurso Público, os requisitos necessários para habilitação, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e o valor das respectivas taxas de inscrições são aqueles especificados no quadro a seguir:

CÓD	CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS (Ampla Concorrência)	VAGA S PNE	SALÁRIO	TAXA DE INSCRIÇ ÃO
100	Trabalhadores Operacionais de Conservação de Vias	Elementar (Alfabetizado)	40 Horas	2	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00





ESTADO DE MINAS GERAIS

	7	20.7.12	O DE IVIIIVAS				, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
101	Patroleiro	Elementar (Alfabetizado)	40 Horas	1	-	R\$ 1.430,00	R\$ 40,00
102	Operador de Pá Mecânica	Elementar (Alfabetizado)	40 Horas	1	-	R\$ 1.430,00	R\$ 40,00
103	Motorista	Elementar (Alfabetizado) + Cumprimento do Art. 138 do Código de Transito Brasileiro	40 Horas	4	ı	R\$ 937,00	R\$ 40,00
104	Telefonista	Ensino Fundamental Completo	30 Horas	1	-	R\$ 937,00	R\$ 40,00
105	Professor Municipal II – Inglês	Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena na disciplina específica.	24 Horas (Variável)	1	-	R\$ 12,77 (Hora Aula)	R\$ 80,00
106	Professor Municipal II – Educação Física	Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena na disciplina específica.	24 Horas (Variável)	1	-	R\$ 12,77 (Hora Aula)	R\$ 80,00
107	Professor Municipal II - Artes	Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena na disciplina específica.	24 Horas (Variável)	1	-	R\$ 12,77 (Hora Aula)	R\$ 80,00

- 1.2.1. A descrição sintética das atividades, a definição dos conteúdos programáticos e as demais informações próprias dos cargos constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I e II do presente Edital.
- 1.2.2. A Prefeitura Municipal de Rio Preto poderá empossar o número total dos candidatos aprovados em relação às vagas quantificadas no quadro de vagas descrito no item 1.2 deste Edital, durante a validade do Concurso Público, respeitada a ordem de classificação.
- 1.3. Os candidatos deverão acessar o site <u>www.institutoibdo.com.br</u>, onde estarão disponíveis o Edital e seus Anexos, o requerimento de inscrição e o boleto bancário.
- 1.4. Os candidatos aprovados no Concurso Público poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Rio Preto.





ESTADO DE MINAS GERAIS

1.5. A lotação dos candidatos aprovados e convocados será de responsabilidade do Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Rio Preto, de acordo com os cargos a serem preenchidos e considerando as indicações das secretarias pertinentes.

2 - DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. As inscrições serão realizadas única e exclusivamente via internet, no endereço eletrônico www.institutoibdo.com.br, no período de 21/02/18 a 23/03/18, observado o horário oficial de Brasília/DF.
- 2.1.1. Aos candidatos com dificuldade de acesso à internet, será disponibilizado **ATENDIMENTO PRESENCIAL** na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Preto, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 27 Centro Rio Preto MG CEP: 36.130-000, no horário compreendido entre 11:30h e 17:30h, segunda à sexta-feira (exceto feriados), em período estabelecidos no **CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO (ANEXO III).**
- 2.1.2.O candidato que não puder, pessoalmente, comparecer ao local de **ATENDIMENTO PRESENCIAL** para efetuar sua inscrição, poderá constituir um procurador, o qual deverá apresentar no ato da inscrição o instrumento legal de procuração, acompanhado dos documentos do candidato (Original da cédula de identidade ou outro documento equivalente, de valor legal e original do CPF).
- 2.1.3. O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante.
- 2.2. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá ler o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Concurso Público e a ocupação do cargo público.
- 2.3. Uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em nenhuma hipótese, a sua alteração no que se refere à opção de cargo pretendido.
- 2.3.1. Os valores das taxas de inscrição são aqueles descriminados na tabela constante no item 1.2.
- 2.3.2. A taxa deverá ser recolhida, observado os valores constantes no item anterior, mediante BOLETO BANCÁRIO emitido no endereço eletrônico <u>www.institutoibdo.com.br</u>.
- 2.3.3. O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer estabelecimento bancário, ou via internet, até a data do encerramento das inscrições, conforme previsto em cronograma específico para a realização deste Concurso Público.
- 2.3.4. Em nenhuma hipótese, salvo aquelas situações previstas no item 2.3.5, haverá devolução da importância paga, a título de ressarcimento das despesas com material e serviços necessários a realização do certame, mesmo nos casos de desistência, perda de prazo, indeferimento ou cancelamento de inscrição.
- 2.3.5. A taxa de inscrição, uma vez paga, somente será devolvida nos seguintes casos:





ESTADO DE MINAS GERAIS

- a) adiamento ou cancelamento ou suspensão do concurso;
- b) pagamento da taxa de inscrição em duplicidade;
- c) alteração da data de realização das provas;
- d) exclusão de algum cargo oferecido;
- e) outras situações inesperadas, independente de culpa ou dolo dos Organizadores.
- 2.4. Ao se inscrever, o candidato deverá observar se atende as exigências contidas no item 1.2. deste Edital, preenchendo devidamente o cadastro eletrônico, dispondo a empresa organizadora do direito de excluir do Concurso Público, aquele que não preencher corretamente o formulário, ou utilizar de meios escusos.
- 2.5. Não será permitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional por correspondência ou fax, nem documentos enviados por fax.
- 2.6. Caso não seja confirmado o pagamento do boleto bancário nas datas previstas, o Requerimento de Inscrição será automaticamente indeferido.
- 2.7. O Instituto Brasileiro de Incentivo ao Desenvolvimento Organizacional INSTITUTO IBDO e a Prefeitura Municipal de Rio Preto, não se responsabilizarão por Requerimento de Inscrição não recebido por falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e ou outros fatores de ordem técnica e operacional que impossibilitarem a transferência dos dados, ou impressões de outras informações.
- 2.8. Confirmada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração dos cargos, seja qual for o motivo alegado.
- 2.9. Caso o candidato tenha realizado uma consulta aos seus dados de inscrição, e tenha detectado algum tipo de inconsistência ou falta de alguma informação, este poderá acessar o endereço eletrônico www.institutoibdo.com.br acessar o link "Área do Candidato" e acionar o serviço "Meus dados", procedendo à devida correção dos dados, até o último dia de inscrição.
- 2.10. Em eventuais situações em que ocorra erro de digitação por parte do candidato em seu respectivo nome, CPF, RG, data de nascimento e nome da mãe, estes deverão ser corrigidos somente no dia da realização das provas mediante solicitação ao fiscal da sala, com apresentação de documento de identidade, para que seja anotada na ata de sala a informação a ser alterada.
- 2.11. O candidato será responsável pela veracidade dos dados fornecidos no formulário de inscrição, sob as penas do Art. 299 do Código Penal Brasileiro.
- 2.12. Será facultado ao candidato, inscrever-se para mais de um cargo, desde que não haja coincidência nos turnos de aplicação das Provas Objetivas.
- 2.12.1. Caso o candidato se inscreva para mais de um cargo (por meio de pagamento ou isenção da taxa), havendo coincidência quanto aos horários de provas, deverá optar por apenas um deles.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2.12.2. Após o pagamento da taxa de inscrição, não será permitida alteração ou troca de cargo, exceto quando houver exclusão do cargo para o qual o candidato se inscreveu.
- 2.13. Não haverá isenção total ou parcial do valor de inscrição, exceto para o candidato que declare e comprove hipossuficiência de recursos financeiros, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, observado o que se segue.
- 2.13.1. O candidato economicamente hipossuficiente deverá comprovar sua inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico, até a data da inscrição no Concurso Público, e ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
- 2.13.1.1. O INSTITUTO IBDO consultará o órgão gestor do CADÚNICO, a fim de verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato que requerer a isenção na condição de hipossuficiente.
- 2.13.2. Para as inscrições amparadas pelo item anterior, os candidatos deverão proceder da seguinte forma:
- a) realizar o pré-cadastramento de seus dados pessoais, exclusivamente, pela Internet, através do site www.institutoibdo.com.br, no período de 21/02/18 a 23/02/18, acessando a opção Cargos disponíveis no link do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Rio Preto 01/2017 e escolher o cargo para o qual deseja pleitear isenção. Logo em seguida, o candidato deverá preencher o Formulário de inscrição, e antes de confirmar a inscrição, conferir todos os dados, inclusive a denominação do cargo e seu respectivo código.
- b) imprimir o Boleto Bancário, contendo o nome do candidato, número do documento de identidade e o código e a nomenclatura do cargo escolhido;
- c) preencher o formulário de Declaração de Hipossuficiência Financeira (ANEXO VI), indicando o Número de Identificação Social NIS, atribuído pelo CadÚnico, que estará disponível no site www.institutoibdo.com.br na Área Documentação do respectivo Concurso Público e apresentar a documentação lá exigida.
- 2.13.3. O candidato deverá entregar, pessoalmente, os documentos mencionados acima (Boleto Bancário e Declaração de Hipossuficiência Financeira), na Sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Preto, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 27 Centro Rio Preto MG CEP: 36.130-000, no horário compreendido entre 11:30h e 17:30h, no período estabelecido na letra "a" do item 2.13.2.
- 2.13.4. A Prefeitura Municipal de Rio Preto e o INSTITUTO IBDO se reserva o direito de confirmar, em qualquer época, as informações e documentos apresentados, indeferindo as inscrições cujos documentos não sejam comprovadamente válidos.
- 2.13.4.1. Na ocorrência de falsidade de declaração, serão adotadas medidas legais contra os infratores, inclusive as de natureza criminal, sendo o mesmo excluído do Concurso Público.
- 2.13.5. O simples preenchimento dos dados necessários para o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, durante a inscrição, não garante ao interessado a isenção de pagamento da taxa, a qual estará sujeita à análise e deferimento da solicitação por parte do INSTITUTO IBDO.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 2.13.5.1. Não serão aceitos, após a realização do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, acréscimos ou alterações das informações prestadas.
- 2.13.6. O resultado da análise da documentação apresentada na inscrição do candidato contemplado será dado a conhecer através do site do INSTITUTO IBDO, cabendo exclusivamente ao candidato a responsabilidade de conferir, na data prevista no cronograma, se teve seu pedido de isenção do valor de inscrição deferido.
- 2.13.6.1. Todas as despesas provenientes da participação no presente certame, inclusive deslocamentos para os locais de inscrição e realização das provas, serão de plena responsabilidade do candidato.
- 2.13.7. Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de inscrição via correio, email, telefone ou qualquer outra forma que não seja a prevista no item 2.13.3.
- 2.13.8. É assegurado recurso em caso de decisão denegatória do pedido de isenção nos 3 (três) dias úteis subsequentes à divulgação da referida decisão.
- 2.13.9. Os recursos deverão ser realizados via Painel do Candidato na opção Recursos, no site www.institutoibdo.com.br.
- 2.13.10. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição deferida estarão, automaticamente, inscritos no Concurso Público, para o cargo informado no formulário de inscrição.
- 2.13.11. O candidato que tiver a sua pré-inscrição indeferida poderá participar do Concurso Público, desde que efetue o pagamento do boleto bancário da inscrição já realizada.
- 2.13.12. Os candidatos que tiverem a pré-inscrição indeferida e que não efetuarem o pagamento do boleto bancário, estarão automaticamente excluídos do mesmo.

3. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CONCURSO PÚBLICO

- 3.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos públicos são:
- I Possuir nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto Federal nº 70.436, de 18/04/1972 e art. 12, § 1º c/c art. 37, inciso I da Constituição da República.
- II Ter completado 18 (dezoito) anos de idade.
- III Estar plenamente no gozo de seus direitos políticos.
- IV Estar em dia com suas obrigações militares.
- V Não possuir antecedentes criminais, especialmente sentença criminal condenatória transitada em julgado.
- VI Gozar de boa saúde física, mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções que lhe serão atribuídas.
- VII Possuir habilitação profissional e técnica para o exercício da função, quando for o caso.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.2. Ter nível de escolaridade, conforme exigido no quadro de vagas previsto no item 1.2. deste
 Edital, e capacitação técnica para o exercício do cargo;
- 3.2.1. O candidato que não comprovar a escolaridade exigida para o cargo, no ato da posse, será eliminado do Concurso Público.
- 3.2.2. Quando da convocação, os candidatos aprovados aos cargos que exijam experiência comprovada, deverão entregar no Departamento Pessoal da Prefeitura de Rio Preto declaração formal de possuir tal experiência, conforme modelo constante no ANEXO VII.

4 - DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 4.1 As pessoas com necessidades especiais PNE que eventualmente pretenderem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89, lhes são garantidos o direito de inscrição para os cargos previstos neste CONCURSO PÚBLICO, cujas atribuições sejam compatíveis com sua necessidade especial.
- 4.1.1 Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente CONCURSO PÚBLICO.
- 4.1.1.1 Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para a PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou função.
- 4.1.1.2 Não havendo nomeação e posse conjunta de todos os aprovados, o 1º candidato de cada cargo com deficiência aprovado no concurso público será nomeado para ocupar a 5ª vaga, já que em se admitindo reservar vagas quando a oferta em Concurso Público for inferior a 5 (cinco) estar-se-ia ultrapassando o limite percentual de 20% (vinte por cento). Em seguida, o 2º candidato de cada cargo com deficiência aprovado no concurso público será nomeado para ocupar a 21ª vaga, o 3º para ocupar a 41ª vaga, o 4º para ocupar a 61ª vaga, e assim sucessivamente, respeitando-se a ordem de classificação da lista dos candidatos aprovados com deficiência.
- 4.1.2 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.
- 4.1.3 Consideram-se pessoas com necessidades especiais PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.
- 4.1.4 As pessoas com necessidades especiais PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do CONCURSO PÚBLICO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.1.5 O candidato deverá encaminhar <u>via SEDEX</u>, durante o período de **21/02/18** a **26/03/18**, para o INSTITUTO IBDO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO/MG, no endereço: CAIXA POSTAL: 112781, Rio Bonito RJ, CEP: 28800-000, a via original ou cópia autenticada de laudo médico original, emitido nos últimos 90 (Noventa) dias, conforme Modelo constante no ANEXO V, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência.
- 4.1.6 Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo Laudo Médico.
- 4.1.7. O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será enquadrado no grupo das pessoas com necessidades especiais, assim, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.
- 4.1.8. Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.
- 4.1.9 Será excluído do CONCURSO PÚBLICO o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.
- 4.1.10. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.
- 4.1.11. Após a investidura no cargo público, a deficiência não poderá ser arguida para justificar o direito a concessão de readaptação ou de aposentadoria por invalidez.

5 - DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS MOMENTÂNEAS:

- 5.1. Admite-se a realização da prova em condições especiais aos candidatos que no ato da inscrição no Concurso Público tenham alguma limitação física momentânea. Para tanto, deverá o candidato relacioná-las no formulário de inscrição, sendo vedadas alterações posteriores.
- 5.2. O INSTITUTO IBDO disponibilizará local de fácil acesso aos candidatos que se encontrem nessa condição, sendo imprescindível o comparecimento de tais candidatos aos locais determinados, não se admitindo a realização da prova em locais distintos.
- 5.3. As condições especiais previstas para realização da prova são:
- a) Dificuldade visual temporária a prova será eventualmente realizada com o auxílio de um ledor, que transcreverá as respostas para o candidato;





ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) Limitação de locomoção será eventualmente disponibilizado local de fácil acesso, principalmente se o candidato fizer uso de cadeira de rodas;
- c) Limitação na escrita necessitando de condições especiais para escrever, o candidato terá eventualmente o auxílio de um fiscal para transcrição das respostas;
- d) Lactante existindo a necessidade de amamentar no dia da prova, será permitida a entrada de um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata. Ressalta-se que o ato da amamentação se dará nos momentos que se fizerem necessários, não possuindo a candidata nesse momento a companhia do acompanhante, assim como não será ofertado quaisquer tipos de compensação em relação ao tempo de prova consumido com o ato da amamentação. Se a lactante não levar um acompanhante para auxiliá-la, a mesma ficará impossibilitada de realizar a prova.
- e) Prova Ampliada será disponibilizada ao candidato prova impressa (contendo o mesmo conteúdo dos demais candidatos) em fonte de tamanho mínimo de 16.
- 5.4. O INSTITUTO IBDO não se responsabilizará, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição da prova provocados pelo ledor ou fiscal, como também não se responsabilizará por problemas causados à lactante pela ausência de seu acompanhante.
- 5.5. As condições especiais solicitadas eventualmente pelo candidato para o dia da prova serão apreciadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo feita a comunicação do atendimento ou não em relatório emitido futuramente em data anterior à aplicação da prova.
- 5.6. O relatório contendo os nomes dos candidatos que tiveram as suas respectivas inscrições deferidas para concorrerem na condição de portadores de Necessidades Especiais Momentâneas será divulgada na Internet, no site do INSTITUTO IBDO, observado o cronograma existente para a realização deste Concurso Público.
- 5.7. O candidato disporá de 3 (três) dias a partir da publicação da relação citada no item anterior para contestar o indeferimento, pelo e-mail: ccontato@institutoibdo.com.br, pelo telefone 0**(21) 2747-8416 (no horário compreendido entre as 09:00h e 17:00h). Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

- 6.1. O presente Concurso Público será realizado em 2 (duas) etapas distintas, observado o seguinte:
- 6.1.1. A PRIMEIRA ETAPA é constituída de PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA de caráter ELIMINATÓRIO e CLASSIFICATÓRIO para todos os cargos.
- 6.1.2 A SEGUNDA ETAPA é constituída de PROVA PRÁTICA e PROVA DE TÍTULOS, observado o seguinte:
- 6.1.2.1. PROVA PRÁTICA de caráter ELIMINATÓRIO para os cargos de: Patroleiro, Operador de Pá Mecânica e Trabalhadores Operacionais de Conservação de Vias.





ESTADO DE MINAS GERAIS

6.1.2.2. PROVA DE TÍTULOS de caráter CLASSIFICATÓRIO, para os cargos de Professor Municipal II – Inglês, Professor Municipal II – Educação Física e Professor Municipal II – Artes.

7 - DAS PROVAS

- 7.1 Da prova objetiva de múltipla escolha:
- 7.1.1 A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas descriminados no item 7.1.4.
- 7.1.2 A prova objetiva constará de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, contendo 04 (quatro) alternativas (A B C D), sendo apenas uma correta.
- 7.1.3 O conteúdo programático das provas consta no Anexo II deste Edital.
- 7.1.4 A organização da prova, seu detalhamento, número de questões por disciplina e valor das questões, encontram-se representados nas QUADROS DE PROVAS abaixo:

Cargo de Ensino Fundamental Incompleto (Alfabetizado): Trabalhadores Operacionais de Conservação de Vias, Patroleiro, Operador de Pá Mecânica e Motorista.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
LÍNGUA PORTUGUESA	20	2,5	50
RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO	20	2,5	50
TOTAIS	40		100

Cargo de Ensino Fundamental Completo: Telefonista.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
LÍNGUA PORTUGUESA	10	2	20
RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO	10	2	20
CONHECIMENTOS GERAIS	10	2	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	4	40
TOTAIS	40		100





ESTADO DE MINAS GERAIS

Cargos de Ensino Superior (Magistério): Professor Municipal II – Inglês, Professor Municipal II – Educação Física e Professor Municipal II – Artes.

DISCIPLINA	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
LÍNGUA PORTUGUESA	10	2	20
RACIOCÍNIO LÓGICO- MATEMÁTICO	10	2	20
LEGISLAÇÃO	10	2	20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	10	4	40
TÍTULOS	-	-	10
TOTAIS	40		110

7.2. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 7.2.1. A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.
- 7.2.2. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:
- a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva;
- b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do CONCURSO PÚBLICO;
- c) AUSENTE: o candidato que não comparecer para realizar a Prova Objetiva, será automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.
- 7.2.3. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo emprego daquela questão, presentes à prova.

8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

- 8.1. As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no cronograma estabelecido neste Edital na cidade de Rio Preto MG, com duração máxima de 3 (três)horas, incluso o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- 8.1.1. As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, a mesma, será publicada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.
- 8.1.2. A confirmação da data e as informações definitivas sobre horário e local para a realização das provas, caso haja alterações, serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação, no site do Município www.riopreto.mg.gov.br e no site www.institutoibdo.com.br.
- 8.2. Os portões de acesso aos locais de realização das provas serão fechados, rigorosamente, na hora marcada para o início das mesmas, **não havendo tolerância.**





- 8.3. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do CONCURSO PÚBLICO e a Prefeitura Municipal de Rio Preto poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, inclusive, podendo utilizar prédios em município circunvizinho, sempre respeitando os níveis de escolaridade e a especificidade de cada cargo, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através dos sites www.riopreto.mg.gov.br e www.riopreto.mg.gov.br e www.riopreto.mg.gov.br.
- 8.4. As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, óculos escuros, bonés (ou outro tipo de cobertura da cabeça), relógios com mostrador digital, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das etapas de provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
- 8.5. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo segunda chamada para a realização das provas.
- 8.6. Não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.
- 8.7. No início das provas o candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.
- 8.8. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado, fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar o(a) Coordenador(a) de Prova no local em que estiver prestando a prova.
- 8.9. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.
- 8.10 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados nos quadros de aviso da Prefeitura, no site do Município www.riopreto.mg.gov.br e www.institutoibdo.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.
- 8.11. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente no endereço eletrônico www.institutoibdo.com.br.
- 8.12. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.
- 8.13. O candidato deverá comparecer ao local de realização das provas, com antecedência mínima de 01 (uma) hora do horário estabelecido para o fechamento dos portões de acesso aos locais de prova, munido do Comprovante de Confirmação de Inscrição (CCI), de documento original de identificação oficial com foto e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa).





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.14. Serão considerados documentos de identificação oficial de identidade: Carteira de Trabalho, Carteira de Motorista, carteiras expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Militares e pelos Órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.) e Passaporte com validade. O documento apresentado deverá conter foto e estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura. Não serão aceitos protocolos, crachás, identidade funcional, CPF, Título de Eleitor, cópias ou quaisquer outros documentos que impossibilitem a identificação do candidato, bem como a verificação de sua assinatura.
- 8.15. Não serão aceitos protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.
- 8.16. Não será admitido na sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.
- 8.17. As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.
- 8.18. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos do respectivo cargo e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independente de recurso.
- 8.19. Por motivo de segurança, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 8.19.1. O fiscal de sala orientará aos candidatos quando do início das provas que os únicos documentos que deverão permanecer sobre a carteira serão o documento de identidade original e o protocolo de inscrição, de modo a facilitar a identificação dos candidatos. O candidato só terá posse do Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltar 30 (trinta) minutos para o término da prova. O Candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão, voluntariamente, do direito de posse de seu Caderno de Questões, não podendo reivindicá-lo posteriormente.
- 8.19.1.1. Somente decorrida 01 (uma) hora do início da Prova, o candidato poderá retirar-se da sala de Prova, mesmo que tenha desistido do Concurso Público.
- 8.19.2. O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de Questões, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu comprovante de inscrição. Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.
- 8.19.3. Ao final da prova, o candidato é obrigado a entregar seu Cartão-Resposta, assinado, ao fiscal de sala, sob pena de ter sua inscrição cancelada, mesmo que sua assinatura conste da folha de presença. O Cartão-Resposta não será aceito, sob qualquer pretexto, após a saída do candidato da sala de prova ou após o encerramento da mesma. Os três últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova, ocasião em que assinarão o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais.
- 8.19.4. Não será permitido ao candidato entrar na sala de prova portando apostilas de apoio aos estudos, livros, revistas, telefone celular, armas ou aparelhos eletrônicos e não será admitida qualquer espécie de consulta, comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros,





ESTADO DE MINAS GERAIS

códigos, manuais, impressos, anotações, réguas, compassos, máquina de calcular, agendas eletrônicas, notebook, celular, palmtop, relógios, BIP, MP3 Player e/ou similares, walkman, gravador, ou qualquer outro receptor de mensagens.

- 8.19.5. O candidato que portar qualquer aparelho de que trata o item anterior deverá, obrigatoriamente, acondicioná-lo desligado em saco plástico fornecido pelos fiscais da sala de prova.
- 8.20. Caso o telefone celular de um candidato toque durante a prova, o candidato será automaticamente eliminado do certame.
- 8.21. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado de um fiscal.
- 8.22. O cartão-resposta, cujo preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final ao fiscal de sala, juntamente com o Caderno de Questões.
- 8.23. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

9 - DA PROVA PRÁTICA (PATROLEIRO, OPERADOR DE PÁ MECÂNICA e TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS).

- 9.1. A Prova Prática de caráter eliminatório, será aplicada somente aos candidatos inscritos nos cargos de PATROLEIRO, OPERADOR DE PÁ MECÂNICA e TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, que foram aprovados nas provas objetivas, conforme letra "a" do item 7.2.2.
- 9.2. A Prova Prática para os cargos de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA constará de execução de manobra com equipamento, a ser definido no ato da prova, disponibilizado num canteiro de obras e será avaliada por profissional competente, consumando em Laudo de Avaliação Técnica, que verificará a capacidade prática do candidato no exercício e desempenho das tarefas do cargo, segundo sua categoria profissional.
- 9.2.1. A avaliação da Prova Prática para os cargos de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA dar-se-á através dos conceitos APTO ou INAPTO.
- 9.2.2. A Prova Prática para os cargos de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA valerá 100 (cem) pontos e será considerado APTO o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.
- 9.2.2.1. Serão utilizados na execução da prova prática, a critério de escolha do INSTITUTO IBDO, máquinas do modelo motoniveladora (Patrol) e/ou Retroescavadeira.
- 9.2.3. O candidato que obtiver o conceito INAPTO será eliminado do Concurso Público.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.2.4. A Prova Prática para os cargos de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA será avaliada observando-se os seguintes critérios:
- I. Checagem da Máquina Pré-uso:
- a) Estrutura da Máquina Lataria, Chassi, Pneus e Material Rodante;
- b) Faróis, Faroletes, Luz de Ré, Luzes de Freio, Lanternas Indicativas de Direção e Retrovisores.
- II. Checagem dos Níveis da Máquina:
- a) Nível do Óleo do Motor;
- b) Nível do Óleo do Hidráulico:
- c) Nível do Óleo de Freio;
- d) Nível da Água do Sistema de Arrefecimento.
- III. Identificação e Checagem do Painel de Instrumentos da Máquina:
- a) Indicador da Temperatura da Água do Motor;
- b) Indicador da Pressão do Óleo do Motor;
- c) Indicador da Carga da Bateria;
- d) Indicador do Nível de Combustível;
- e) Indicador da Temperatura do Óleo Hidráulico.
- IV. Checagem de Comandos:
- a) Alavancas do Freio de Estacionamento;
- b) Pedais de Freio / Neutralizador;
- c) Botão de Buzina.
- V. Procedimentos de Partida:
- a) Freio de Estacionamento Aplicado;
- b) Acionamento da Chave de Partida;
- c) Aquecimento do Motor;
- d) Checagem do Painel.
- VI. Teste de Operação:
- a) Carga;
- b) Transporte;
- c) Descarga;
- d) Retorno e Estacionamento.





- VII. Procedimento de Parada:
- a) Freio de Estacionamento Aplicado;
- b) Arrefecimento do Motor.
- 9.2.5. Cada letra relacionada nos subitens de I a IV acima vale 2,5 (dois e meio) pontos e cada letra relacionada nos subitens de V a VII acima vale 6,5 (seis e meio) pontos, que serão distribuídos aos candidatos, respectivamente, por cada tarefa correta realizada.
- 9.2.6. Avaliar-se-á quanto à prova prática para os cargos de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA a capacidade, atenção e percepção dos candidatos no trato das questões ligadas à sua categoria profissional, a habilidade no manuseio de equipamentos, bem como o conhecimento de normas de segurança no trabalho.
- 9.2.7. Não haverá segunda chamada da prova Prática por ausência do candidato, seja qual for o motivo alegado.
- 9.2.8. O candidato que faltar à Prova Prática será eliminado do Concurso Público.
- 9.2.9. Para submeter-se à Prova Prática para o cargo de PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, o candidato deverá apresentar ao examinador a Carteira Nacional de Habilitação exigida para o cargo, conforme estabelecido no item 1.2 deste Edital, não sendo aceitos protocolos ou declarações.
- 9.2.10. Serão convocados para realizar a prova prática dos cargos PATROLEIRO e OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, os candidatos devidamente aprovados na Prova Objetiva, dentro do quantitativo de 04(quatro) vezes o número de vagas para cada cargo. Havendo empate nesta última colocação, todos os candidatos nessas condições, também serão convocados.
- 9.3. A Prova Prática TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, de caráter eliminatório, será aplicada somente aos candidatos inscritos no cargo de Trabalhadores Operacionais de Conservação de Vias, e que foram aprovados nas provas objetivas, conforme letra "a" do item 7.2.2. Para estes candidatos serão avaliados o desempenho e o conhecimento específico para o exercício do cargo, sendo:
 - A prova prática poderá constar da execução de tarefas como: roçar, capinar e limpar materiais e pastagens das estradas, ruas e outros logradouros, carregar e descarregar caminhões com materiais e volumes em geral, bem como outras tarefas correlatas ao cargo.
- 9.3.1. Serão convocados para realizar a prova prática do cargo TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS, os candidatos devidamente aprovados na Prova Objetiva, dentro do quantitativo de 04(quatro) vezes o número de vagas para cada cargo. Havendo empate nesta última colocação, todos os candidatos nessas condições, também serão convocados.
- 9.3.2. Para efeito de posicionamento, será considerada a ordem decrescente da nota obtida na Prova Objetiva. Em caso de empate na última posição do quantitativo acima definido, todos os empatados nesta posição serão convocados.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.3.3. O candidato que não for convocado para a realização da etapa estará automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 9.3.4. A Prova Prática possui caráter eliminatória e tem por objetivo avaliar a agilidade, resistência muscular e aeróbica do candidato, consideradas indispensáveis ao exercício de suas atividades.
- 9.3.4.1. A Prova Prática poderá ser realizada em qualquer dia da semana (útil ou não).
- 9.3.5. O candidato convocado para a Prova Prática do cargo TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS deverá apresentar-se munido de Atestado Médico nominal ao candidato, emitido com, no máximo, 15 (quinze) dias de antecedência da data do seu teste, devidamente assinado e carimbado pelo médico, constando visivelmente o número do registro do Conselho Regional de Medicina do mesmo, em que certifique especificamente estar o candidato Apto para realizar ESFORÇO FÍSICO. O candidato que deixar de apresentar atestado ou não apresentá-lo conforme especificado, não poderá realizar o teste, sendo considerado inapto.
- 9.3.6. O Atestado Médico ficará retido e fará parte da documentação do candidato de aplicação do teste.
- 9.3.7. Em hipótese alguma, haverá segunda chamada, sendo automaticamente eliminados do Concurso Público os candidatos convocados que não comparecerem, seja qual for o motivo alegado.
- 9.3.8. O candidato considerado faltoso ou inapto será eliminado do Concurso Público.
- 9.3.9. Quando convocado para a avaliação, o candidato deverá se apresentar com antecedência mínima de 01 (uma) hora, portando o documento de identidade que foi utilizado no ato da inscrição.
- 9.3.10. A preparação e o aquecimento para a realização dos testes são de responsabilidade do próprio candidato, não podendo interferir no andamento da execução desta presente etapa do Concurso Público.
- 9.3.11. A Prova Prática consistirá na execução de baterias de exercícios (tarefas), todos de realização obrigatória independentemente do desempenho dos candidatos em cada um deles, considerando-se APTO o candidato que atingir o desempenho satisfatório para as tarefas indicadas no item 9.3.
- 9.3.12. O candidato que se recusar a realizar algum dos exercícios da Prova Prática deverá assinar declaração de desistência dos exercícios ainda não realizados e, consequentemente, do Prova Prática, sendo, portanto, eliminado do concurso.
- 9.3.13. As baterias da Prova Prática, a critério da INSTITUTO IBDO, poderão ser filmadas e/ou gravadas.
- 9.3.14. A Prova Prática será realizada independentemente das condições meteorológicas.

10 - DOS TÍTULOS





10.1. A Prova de Títulos, de caráter classificatório, será aplicada somente aos candidatos inscritos nos cargos de Professor Municipal II – Inglês, Professor Municipal II – Educação Física e Professor Municipal II – Artes.

TÍTULO	VALOR UNITÁRIO
Certificado ou declaração ou atestado de conclusão de CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU", realizado em instituição reconhecida pelo MEC e/ou pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, com carga horária mínima de 360 horas.	02 (dois) pontos
Certificado ou declaração ou atestado de conclusão de CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU" (MESTRADO), realizado em instituição reconhecida pelo MEC e/ou pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.	03 (três) pontos
Certificado ou declaração ou atestado de conclusão de CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO "STRICTO SENSU" (DOUTORADO), realizado em instituição reconhecida pelo MEC e/ou pelo CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.	05 (cinco) pontos

- 10.2. Os títulos poderão ser somados concomitantemente até o limite de 10 (dez) pontos e somente serão considerados aqueles que forem compatíveis com o cargo optado pelo candidato e limitado à apresentação de 01 (um) certificado por alínea da tabela contida no item 10.1.
- 10.2.1. A conclusão de curso deverá ocorrer, no máximo, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, sendo desconsiderada aquela que ocorrer após.
- 10.2.2 Os títulos referentes a cursos de especialização em nível de PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU" deverão constar a carga horária mínima exigida, ou estar acompanhado de declaração ou atestado da Instituição que a mencione, sendo desconsiderados aqueles que se fizerem omitir.
- 10.3. Só serão avaliados e pontuados os títulos dos candidatos aprovados nas provas objetivas.
- 10.4. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação de títulos.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 10.5. As notas atribuídas aos títulos serão adicionadas à nota final, exclusivamente para efeitos de classificação, não como critério de desempate.
- 10.6. Apresentação dos Títulos
- 10.6.1. Os candidatos aprovados nas provas objetivas dos cargos mencionados no item 10.1, deverão enviar, no período definido em edital para tal procedimento, seus títulos para o INSTITUTO IBDO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO/MG, no seguinte endereço: CAIXA POSTAL: 112781 Rio Bonito RJ CEP: 28800-000, <u>através de Sedex com AR</u>.
- 10.6.2. A tempestividade da apresentação da documentação será comprovada através da sua data de postagem, ou de protocolo.
- 10.6.3. As cópias dos títulos deverão ser apresentadas em envelope fechado, **devidamente autenticados em cartório**, contendo, na sua parte externa, o número da inscrição, o nome do candidato, o cargo para o qual está concorrendo e a descrição dos títulos contidos no envelope, sob responsabilidade pessoal do candidato.
- 10.6.4. A análise dos títulos é de responsabilidade do INSTITUTO BRASILEIRO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL INSTITUTO IBDO.
- 10.6.5. Não serão aceitos títulos encaminhados via fax, correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não seja aquele descrito no item 10.6.1, ou ainda, fora do prazo estabelecido.

11 - RESULTADO FINAL, CRITÉRIOS DE DESEMPATE CLASSIFICAÇÃO.

- 11.1. Os resultados serão divulgados em listagem por ordem classificatória, já considerando os critérios de desempate, contendo as notas das provas objetivas.
- 11.1.1. A Publicação do resultado preliminar e gabarito pós-recursos serão em data prevista no cronograma previsto.
- 11.1.2. O resultado final do Concurso Público será divulgado por meio de duas listas, a saber:
- a) lista contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como portadores de deficiência;
- b) lista contendo a classificação, exclusivamente, dos candidatos habilitados inscritos como portadores de deficiência.
- 11.1.3. A Publicação do resultado final será na data prevista no cronograma previsto, encerrandose assim, as atribuições do INSTITUTO BRASILEIRO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL LTDA EPP – INSTITUTO IBDO. Todo o processo de convocação e posse do candidato classificado no Concurso Público é de competência do Município de Rio Preto-MG.
- 11.2. A nota final da Prova será calculada somando-se, simplesmente, os pontos de todas as questões, sendo somente considerados habilitados os candidatos que obtiverem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 11.2.1. Para os cargos com previsão de prova de títulos serão somados os pontos de todas as etapas, obedecendo aos critérios de desempate.
- 11.3. A classificação dos candidatos será apresentada em ordem decrescente de pontos, em listagem específica com nota final, por nome e código de inscrição, com os desempates já realizados.
- 11.3.1. O desempate dos candidatos aos cargos públicos, obedecerá aos seguintes critérios, nesta ordem e sucessivamente:
- a) Ter idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o dia de realização da prova objetiva, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27, da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, e persistindo o empate serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:
- b) Ter obtido maior nota na parte específica da prova objetiva (quando houver);
- c) Ter obtido maior nota na prova de português;
- d) Ter obtido maior nota na prova de raciocínio lógico-matemático (quando houver);
- e) Persistindo o empate, terá preferência o candidato com mais idade.
- 11.3.2. Caso persista o empate após aplicação de todos os critérios elencados anteriormente, terá preferência o candidato que tiver idade mais elevada, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, dentre aqueles que tenham idade inferior a 60 (sessenta) anos.

12. RECURSOS E REVISÕES

- 12.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Concurso Público, observado o cronograma previsto no ANEXO III.
- 12.1.1. O candidato poderá apresentar recurso, devidamente fundamentado, em relação a qualquer das questões da Prova Objetiva, informando as razões pelas quais discorda do gabarito ou conteúdo da questão.
- 12.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas com datas previstas no calendário básico, iniciando-se às 9 horas e encerrando-se às 17 horas dos dias estabelecidos no cronograma previsto, em requerimento próprio disponibilizado no link correspondente Concurso Público no www.institutoibdo.com.br.
- 12.3. A interposição de recursos de gabarito e cartão respostas e poderá ser feita somente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes a inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, conforme disposições previstas no item anterior e observado o prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação.
- 12.4 Os recursos julgados serão divulgados no <u>www.institutoibdo.com.br</u> não sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, não sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 12.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, fax, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 12.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado.
- 12.7. No caso de interposição de mais de um recurso pelo mesmo candidato, o mesmo deverá ao término da argumentação de cada recurso, clicar o comando "ADICIONAR", conforme orientações dispostas no link correlato ao Concurso Público;
- 12.8. O Candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido. Não será aceito o recurso que não cumprir o item 12.7 do edital.
- 12.9. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo improrrogável, no período com data estabelecida no Cronograma Previsto (ANEXO III), a contar da publicação de cada etapa, ou não fundamentados (comprovar alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, etc.), e os que não contiverem os dados necessários à identificação do candidato, com seu nome, número de inscrição, cargo e outras informações que possam permitir a identificação do candidato.
- 12.10. A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razões pela qual não caberão recursos administrativos adicionais, exceto em casos de erros materiais, havendo manifestação posterior da Banca Examinadora.
- 12.11. Será indeferido liminarmente o recurso ou pedido de revisão que descumprir as determinações constantes neste Edital; for dirigido de forma ofensiva ao INSTITUTO IBDO e/ou a Prefeitura Municipal de Rio Preto, for apresentado fora do prazo ou fora de contexto.
- 12.12. Se o exame de recursos resultarem anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
- 12.13. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorridos.
- 12.14. No caso de apuração de resultado por processo eletrônico, o candidato poderá solicitar, vista do Cartão-Resposta, para mitigar eventual dúvida sobre as alternativas assinaladas, a ser concedida através de cópia do cartão, que poderá ser feita somente via internet, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes a inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, conforme disposições contidas no www.institutoibdo.com.br, link correspondente ao Concurso Público; iniciando-se às 9 horas e encerrando-se às 17 horas do dia previsto no cronograma básico, em requerimento próprio disponibilizado no link correlato ao Concurso Público no www.institutoibdo.com.br.
- 12.15. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não estiver fundamentado.
- 12.16. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.





ESTADO DE MINAS GERAIS

- 12.17. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do INSTITUTO IBDO (www.institutoibdo.com.br).
- 12.18. Não haverá 2ª (segunda) instância de recurso administrativo.
- 12.19. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso de gabarito oficial definitivo.
- 12.20. Recursos cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Os candidatos poderão obter informações gerais referentes ao Concurso Público através do site www.institutoibdo.com.br ou do email candidato@institutoibdo.com.br.
- 13.1.1. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e nem de resultados, gabaritos, notas, classificação, convocações ou outras quaisquer relacionadas aos resultados provisórios ou finais das provas e do Concurso Público. O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma definida neste Edital.
- 13.1.2. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital somente poderão ser feitas por meio de edital de retificação.
- 13.1.3. A Prefeitura Municipal de Rio Preto e o INSTITUTO IBDO não se responsabilizam por informações de qualquer natureza, divulgados em sites de terceiros.
- 13.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar as publicações dos Editais, comunicações, retificações e convocações referentes a este Concurso Público, durante todo o período de validade do mesmo.
- 13.3. Caso o candidato queira utilizar-se de qualquer direito concedido por legislação pertinente, deverá fazer a solicitação ao INSTITUTO IBDO, até o último dia das inscrições, em caso de domingo ou feriado, até o primeiro dia útil seguinte. Este período não será prorrogado em hipótese alguma, não cabendo, portanto, acolhimento de recurso posterior relacionado a este subitem.
- 13.4. Os resultados finais serão divulgados na Internet nos sites www.institutoibdo.com.br e www.riopreto.mg.gov.br e publicado no Diário Oficial do Município.
- 13.5. O resultado final do Concurso Público será homologado pelo Prefeito Municipal de Rio Preto/MG.
- 13.6. Acarretará a eliminação do candidato no Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou em outros editais relativos ao Concurso Público, nos comunicados e/ou nas instruções constantes de cada prova.
- 13.7. A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PRETO procederá à guarda de todos os documentos relativos ao Concurso Público pelo prazo de 05 (cinco) anos, observada a Resolução nº 14, de





ESTADO DE MINAS GERAIS

24/10/2001 do CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivos para a Administração Pública.

Rio Preto, 05 de Dezembro de 2017.

Inácio de Loyola Machado Ferreira Prefeito do Município de Rio Preto





ANEXO I – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DESCRIÇÃO SINTÉTICA

TRABALHADORES OPERACIONAIS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS

Desempenhar atividades previstas na lei municipal que demandem manutenção geral em vias, manejam áreas verdes, tapam buracos, limpam vias permanentes e conservam bueiros e galerias de águas pluviais; recompõem aterros e recuperam obras de arte; controlam atividades de conservação e trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Realizar demais atividades correlatas para a qual possua aptidão física e intelectual determinadas por seus superiores de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da administração, com a classificação brasileira das ocupações — CBO.

TELEFONISTA

Opera sistemas semi-automatizados e ou manuais de mesa telefônica ou uma seção da mesma, movimentando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, locais ou interurbanas; Vigia permanentemente o painel, observando os sinais emitidos, para atender às chamadas telefônicas, opera a mesa telefônica, movendo chaves, interruptores e outros dispositivos digitais, para estabelecer comunicação interna, externa ou interurbana entre o solicitante e o destinatário ou com outros telefonistas a quem vai dirigir a chamada; Registra a duração e/ou custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir a cobrança e/ou o controle das mesmas, zela pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando seu conserto e manutenção, para assegurar-lhe perfeitas condições de funcionamento; Atende a pedidos de informações telefônicas, anotar recados e registrar chamadas; Pode especializar-se num tipo particular de equipamento telefônico, e ser designado de acordo com a especialização; Pode atender e efetuar chamadas telefônicas internacionais; Pode exercer, conforme sua experiência, tarefas de responsabilidade hierárquica, controlando e treinando o pessoal, e preparando escalas de revezamento e planos de trabalho das demais telefonistas.

PATROLEIRO

Examinar a máquina diariamente, quanto às condições do funcionamento; Preencher fichas diárias de consumo; Observar as instruções gerais de segurança de tráfego no trecho em que estiver operando, a fim de evitar acidentes; Zelar pela limpeza e conservação das máquinas, solicitando serviços de manutenção, sempre que necessário, ou realizando pequenos reparos de emergência; Executar tarefas correlatas.





OPERADOR DE PÁ MECÂNICA

Examinar a máquina diariamente, quanto às condições do funcionamento; Preencher fichas diárias de consumo; Observar as instruções gerais de segurança do tráfego no trecho em que estiver operando, a vim de evitar acidentes; Zelar pela limpeza e conservação das máquinas, solicitando serviços de manutenção, sempre que necessário, ou realizando pequenos reparos de emergência; Executar tarefas correlatas.

MOTORISTA

Transportar pessoas, cargas, materiais ou animais a serviço da Prefeitura; Cuidar da manutenção dos veículos, realizando reparos de emergência e comunicando aos responsáveis quaisquer danos; Manter o veículo em condição de uso; Realizar viagens a serviço, quando necessário; Controlar a quilometragem do veículo, anotando as horas de saída e chegada e gastos de combustível; Observar as sinalizações do trânsito e normas de segurança, evitando acidentes; Observar as demais ordens do regulamento, recolhendo o veículo à oficina para revisão; Executar tarefas correlatas.

PROFESSOR MUNICIPAL II

Desempenhar atividades previstas na lei municipal que demandem ministrar aulas do ensino fundamental, promovendo a educação nas áreas específicas e interdisciplinar. Planejam cursos, aulas e atividades escolares; avaliam processo de ensino-aprendizagem e seus resultados; registram práticas escolares de caráter pedagógico; desenvolvem atividades de estudo; participam das atividades educacionais e comunitárias da escola. Para o desenvolvimento das atividades é mobilizado um conjunto de capacidades comunicativas. Realizam atividades similares determinadas por seus superiores. Realizar demais atividades correlatas para a qual possua aptidão física e intelectual determinadas por seus superiores de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da administração, com a classificação brasileira das ocupações – CBO.





ANEXO II - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Cargo de Ensino Fundamental Incompleto: Trabalhadores Operacionais de Conservação de Vias, Patroleiro, Operador de Pá Mecânica e Motorista.

LÍNGUA PORTUGUESA:

Interpretação de Texto; Alfabeto; Sílaba; Grafia correta das palavras; Separação de Sílabas; Feminino; Masculino; Sílabas Tônicas, Oxítonas, Paroxítonas e Proparoxítonas; Substantivo, Coletivo, Acentuação; Sinônimos e Antônimos; Encontro Vocálico e Encontro Consonantal; Dígrafo; Pontuação; Frase, Tipos de Frase; Singular e Plural; Artigo; Substantivo Próprio e Comum; Gênero, Número e Grau do Substantivo; Adjetivo; Pronomes; Verbos, Tempos do Verbo; Frase e oração; Sujeito; Predicado; Advérbio; Interjeição; Onomatopeia; Uso do porque.

Sugestões e Bibliografias: Conhecer e Crescer - 1ª a 4ª série, Cristiane Buranello e Eliane Vieira dos Reis. Marcha Criança - 1ª a 4ª série, Ed. Scipione. FIGUEIREDO, Adriana. Gramática comentada com interpretação de textos para concursos - 5ª Edição. Editora Saraiva, 2015. LEP de 1ª a 4ª série de Paulo Nunes de Almeida, Ed. Saraiva. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

Números naturais, números inteiros, números racionais: quatro operações fundamentais (adição, subtração, divisão e multiplicação) em problemas envolvendo situações da vida prática, regra de três simples, porcentagem, grandezas proporcionais.

Sugestões e Bibliografias: Giovanni Jr & Bonjorno (1ª a 4ª - ed. FTD); Matemática - Registrando descobertas (Barroso Lima, Maria Aparecida - Ediouro); Coleção Quero Aprender Matemática de Oscar Guelli, Ed. Ática. E outros livros que abrangem o programa proposto.

Cargo de Ensino Fundamental Completo: Telefonista

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de texto. Reescrita de passagens do texto. Ortografia: emprego de letras, divisão silábica, acentuação. Classes das palavras e suas flexões. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. Concordâncias: nominal e verbal. Regências: nominal e verbal. Colocação dos pronomes. Emprego dos sinais de pontuação. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia. Coletivos. Processos sintáticos: subordinação e coordenação. Pontuação.





ESTADO DE MINAS GERAIS

Sugestões e Bibliografias: FARACO & MOURA. Gramática Nova. FIGUEIREDO, Adriana. Gramática comentada com interpretação de textos para concursos - 5ª Edição. Editora Saraiva, 2015. CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática-Teoria e exercícios. PASCHOALIN & SPADOTO. Gramática Teoria e Exercícios. TERRA, Ernani. Curso Prático de Gramática. Livros Didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental. Dicionário Michaelis. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

Sistema de numeração. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros e racionais. Números racionais: frações, representação decimal de um racional. Números reais: adição, subtração, multiplicação, divisão, Porcentagem. Juros simples, desconto e lucro. Regra de três simples. Gráficos e tabelas (tratamento de informações). Medidas de comprimento. Problemas. Localizar objetos em representações do espaço. Identificar figuras geométricas e suas propriedades. Reconhecer transformações no plano. Aplicar relações e propriedades. Utilizar sistemas de medidas. Medir grandezas. Estimar e comparar grandezas. Conhecer e utilizar números. Realizar e aplicar operações. Ler, utilizar e interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos.

Sugestões e Bibliografias: CESAR, Benjamin e MORGADO, Augusto C. - Raciocínio Lógico - Quantitativo. Série Provas e Concursos. 4ª edição. Ed. Campus, 2009. ROCHA, Enrique. Raciocínio Lógico para Concursos - 3ª ed. Editora Impetus, 2010. LILÓ ABDALLA, Samuel – Raciocínio Lógico para concursos – 1ª edição – Editora Saraiva, 2012. E outros livros que abrangem o programa proposto.

CONHECIMENTOS GERAIS:

Principais aspectos geográficos, históricos, sociais e econômicos do Brasil, Estado de Minas Gerais e do Município de Rio Preto. Ecologia e Meio ambiente.

Sugestões e Bibliografias: www.riopreto.mg.gov.br. Poderá ser consultada qualquer fonte que trate dos assuntos relacionados ao conteúdo pedido, tais como revistas, sites, jornais e diversas outras publicações pertinentes. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

TELEFONISTA

Noções de Direito Constitucional: Princípios fundamentais da Constituição da República. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado - da administração pública. Noções de Direito Administrativo: Princípios administrativos. Administração pública - administração direta e indireta e modalidades de entidades administrativas. Ética profissional. Operação de aparelho telefônico - modo de atendimento ao telefone - formas de tratamento; noções básicas de higiene e segurança do trabalho - noções básicas de Relações Humanas no Trabalho. Negociação e Resolução de Conflitos. Compreensão e diagnóstico de divergências e conflitos, modelos e





ESTADO DE MINAS GERAIS

técnicas de negociação. Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

Sugestões e Bibliografias: CASTILHO, Ana Lucia. Informática para Concursos: Teoria e Questões: Série Concursos, Ed. Ferreira, 2012. VELLOSO, F. C. Informática – Conceitos Básicos, Campus, 2011. PAULO. V. ALEXANDRINO, M. Direito Constitucional Descomplicado. 14 ed. Brasília. Método: 2015. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2008. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 25 ed. São Paulo: Malheiro, 2008. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

Cargos de Ensino Superior: Professor Municipal II – Inglês, Professor Municipal II – Educação Física e Professor Municipal II – Artes.

LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos. Denotação e conotação. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica. Classes de palavras e suas flexões. Processo de formação de palavras. Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. Concordâncias nominal e verbal. Regências nominal e verbal. Emprego do acento indicativo da crase. Colocação dos pronomes. Emprego dos sinais de pontuação. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e figuras de linguagem. Coletivos. Pontuação. Funções sintáticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação.

Sugestões e Bibliografias: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. FIGUEIREDO, Adriana. Gramática comentada com interpretação de textos para concursos - 5ª Edição. Editora Saraiva, 2015. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em Prosa Moderna. 26 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

Conjuntos. Números naturais, racionais e reais: conceitos, comparações e operações. Grandezas e sistemas de medidas. Múltiplos e divisores. MDC e MMC. Função: Definição, análise e construção de gráficos. Equações do 1º e 2º graus. Polinômios. Progressões aritméticas e geométricas. Razão e Proporcionalidade. Álgebra. Análise combinatória e probabilidade. Matrizes: Conceito e operações. Sistemas lineares. Geometria plana: Semelhança de triângulos, relações métricas no triângulo retângulo, áreas das principais figuras planas. Comprimento da circunferência. Geometria espacial: posições relativas de retas e planos, distâncias. Ler, utilizar e interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos. Interpretação de situações cotidianas que envolvam a aplicação do raciocínio lógico-matemático.





ESTADO DE MINAS GERAIS

Sugestões e Bibliografias: Giovanni Jr, José Ruy, Giovanni, José Ruy, "A conquista da matemática", 1º ao 8º ano Ed. FTD. DANTE, LUIZ ROBERTO. (2008) Matemática: Contexto e Aplicações. 3a ed. 4 vols. São Paulo: Ática. PAIVA, MANOEL. (2009) Matemática - Paiva. 1a ed. 3 vols. São Paulo: Moderna. Outras publicações que abranjam o programa proposto.

LEGISLAÇÃO (LOM): Lei Orgânica Municipal de Rio Preto – atualizada e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio Preto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

PROFESSOR MUNICIPAL II - INGLÊS

Conhecimentos sobre a legislação nacional em vigor relacionada à educação. Educação Inclusiva. EJA. Direitos e Deveres da criança e do adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 atualizada. Leis que alteram a LDB 9394/96 atualizadas. Parâmetros Curriculares Nacionais. Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente atualizado. Leis que alteram a Lei 8069/1990 atualizadas. Pareceres do Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica - CNE/CEB. Decretos, Leis e Resoluções que tratam de Educação Especial e Inclusão. O sintagma nominal e suas funções: Substantivos, pronomes, artigos, adjetivos, possessivos, numerais. Sintagmas adverbiais e preposicionais e suas funções. Collocations. O texto: a subordinação, coordenação e períodos compostos e seu papel textual. Coesão lexical e gramatical. Leitura e compreensão de texto. Análise e interpretação: Identificação do tema central e das diferentes ideias contidas nos textos. Estabelecimento de relações entre as diferentes partes nos textos. Aspectos gramaticais: uso de artigos definidos e indefinidos; tempos e modos verbais; uso de preposições, conjunções e pronomes e modais; comparação; concordância nominal e verbal; formação e classe de palavras; relações de subordinação e coordenação; voz passiva, discurso direto e indireto. Horas, dias da semana, meses e estações no ano. Advérbios. Falsos cognatos. Preposições. Conjunções. Verbos; Metodologia de ensino de Inglês.

Sugestões e Bibliografias: BIBER, D.; CONRAD, S.; JOHANSSON, S; LEECH, G. Longman Grammar of Spoken and Written English, London: Longman, 1999. CARTER, R; McCARTHY, M. Cambridge Grammar of English. Cambridge. Cambridge University Press, 2006. RICHARDS, J. C.; RENANDYA, W. (Ed.). Methodology teaching: current practice. language anthology of Cambridge: an Cambridge University Press, 2002. SWAN, Michael. Pratical English Usage. Oxford. Oxford University Outras publicações que abranjam o programa proposto.

PROFESSOR MUNICIPAL II – EDUCAÇÃO FÍSICA

Conhecimentos sobre a legislação nacional em vigor relacionada à educação. Educação Inclusiva. EJA. Direitos e Deveres da criança e do adolescente. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96 atualizada. Leis que alteram a LDB 9394/96 atualizadas. Parâmetros Curriculares Nacionais. Lei 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente atualizado. Leis que alteram a Lei 8069/1990 atualizadas. Pareceres do Conselho Nacional de





ESTADO DE MINAS GERAIS

Educação/ Câmara de Educação Básica - CNE/CEB. Decretos, Leis e Resoluções que tratam de Educação Especial e Inclusão. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Abordagens pedagógicas da Educação Física escolar. Objetivos e conteúdo da Educação Física escolar. Fases do desenvolvimento Humano. Psicomotricidade. Aprendizagem motora. Proposições Metodológicas da Educação Física. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Educação para o lazer. Organização de Eventos Esportivos e Culturais; Aprendizagem e Desenvolvimento Motor; Lazer e Educação; Fisiologia do Exercício. Código de Etica dos Profissionais de Educação Física.

Sugestões e Bibliografias: BRASIL.Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental / – Brasília: MEC/ SEF, 1998. DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na Escola: Questões e Reflexões. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. GONÇALVEZ, F. Psicomotricidade & Educação Física: Quem quer brincar põe o dedo aqui. São Paulo: Cultura RBL, 2010. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs. KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijui: Unijui; Outras publicações que abranjam o programa proposto.

PROFESSOR MUNICIPAL II - ARTES

A Arte na Educação Escolar. Fundamentos e tendências pedagógicas do ensino de Arte no Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino de Arte. Procedimentos pedagógicos em Arte: conteúdos, métodos e avaliação. Expressividade e representação da arte infantil e do adolescente. A Arte na História Universal: da pré-história à atualidade. Principais manifestações artísticas, características das tendências e artistas representantes. A Arte do período da pré-história brasileira até a contemporânea. Artes visuais - formas tradicionais e as modalidades que resultam dos avanços tecnológicos e transformações estéticas a partir da modernidade; Manifestações artísticoculturais populares. Elementos de visualidade e suas relações compositivas. Técnicas de expressão.

Sugestões e Bibliografias: BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2002. Arte educação contemporânea: consonâncias internacionais. Editora: Cortez, 2006. FEIST, Hildegard. Pequena viagem pelo mundo da arte. Editora Moderna: SP.2003. SPOLIN. Viola. Jogos teatrais na sala de aula. São Perspectiva. 2008. OLIVEIRA. Marilda Oliveira de (org). Arte. educação cultura. Santa Maria: UFSM, 2007. PORTINARI, Maribel. História da Dança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. PROENÇA, Graça. História da Arte. São Paulo: Ática, 2011. STRICKLAND, Carol, Arte comentada: da pré-história ao pós moderno - tradução Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. WISNIK, J. Miguel. O som e o sentido. Uma outra história das músicas. 2ª edição. Cia. das Letras: SP, 2004. Outras publicações que abranjam o programa proposto.





ANEXO III - CRONOGRAMA PREVISTO

DATA	EVENTO		
21/02/18 a 23/03/18	Inscrições dos Candidatos no Concurso		
	Público. (Internet e presencial)		
21/02/18 a 23/02/18	Pedido de isenção de taxa de inscrição		
09/03/18	Resultado dos pedidos de isenção de taxa de inscrição.		
12/03/18 a 14/03/18	Recurso dos pedidos de isenção de taxa de inscrição		
19/03/18	Resposta aos recursos dos pedidos de isenção de taxa de inscrição		
26/03/18	Último dia para envio do Laudo Médico pelo candidato que quiser concorrer como PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS		
06/04/18	Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências		
09/04/18 a 11/04/18	Recurso da Relação Preliminar dos Candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências		
24/04/18	Divulgação do Mapa Estatístico (Candidatos x Vagas) e da Relação de Candidatos Inscritos		
24/04/18	Divulgação de listagem dos candidatos com necessidades especiais momentâneas		
24/04/18	Resposta ao recurso da Relação Preliminar dos candidatos que concorrem as vagas de Pessoas com Deficiências		
24/04/18	Divulgação do Local de Realização das Provas (Objetiva de Múltipla Escolha e confirmação de data e horários de provas)		
29/04/18	Realização das Provas: Objetiva de Múltipla Escolha		
30/04/18	Divulgação do Gabarito Provisório da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.		
02/05/18 a 04/05/18	Período dos Recursos contra os Gabaritos Provisórios.		
15/05/18	Divulgação do Gabarito Final pós recursos		
15/05/18	Divulgação do Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
16/05/18 a 18/05/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
22/05/2018	Divulgação do Julgamento dos recursos administrativos quanto ao Resultado Preliminar das Provas Objetivas		
22/05/2018	Convocação para realização da Prova Prática (Conforme o item 9 do Edital)		
23/05/18 a 25/05/18	Período de envio dos Títulos pelos candidatos inscritos no(s) cargo(s) mencionado(s) no		





ESTADO DE MINAS GERAIS

	item 10.1 deste Edital e que obtiverem a pontuação mínima exigida na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.	
03/06/18	Realização da Prova Prática	
08/06/18	Divulgação do Resultado Preliminar das notas dos Títulos	
08/06/18	Divulgação do Resultado Preliminar da Prova Prática	
11/06/18 a 13/06/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao resultado preliminar da Prova de Títulos	
11/06/18 a 13/06/18	Interposição de recursos administrativos quanto ao resultado preliminar da Prova Prática	
20/06/18	Divulgação do Julgamento dos recursos do Resultado Preliminar da Prova de Títulos	
20/06/18	Divulgação do Julgamento dos recursos da Prova Prática	
20/06/18	Divulgação do Resultado Final	





ANEXO IV

MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA DEFICIENTES	
Atesto para os devidos fins que o Sr. (a)	, sendo cargo de
Data/	
Nome, assinatura e número do CRM do médico especialista na área de deficiência / candidato e carimbo, caso contrário, o atestado não terá validade.	doença do





ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Informações do candidato

Dados Pessoais:	,				
Nome:					
Nº de Identificação Social − NIS:					
Nome da Mãe:					
CPF:	RG/Expedi	ção/Órgão:			
Rua:					
Nº	(Complemento			
Bairro:	airro:Cidade				
CEP:					
Telefone:	_e-mail				
Composição Familiar Informe os dados de todas as pes	ssoas que resider	m no mesmo endereco do	o candidato interessado:		
NOME	CPF	PARENTESCO	SALÁRIO/RENDA MENSAL		
Declaro, para efeito de concessã Prefeitura Municipal de Rio Preto estabelecidos nos termos do Dec Relação de documentos do c aplicáveis à situação do candid - Contracheque (3 últimos)	o - MG, sob as po reto Federal nº 6. andidato e dos	enas da lei, que atendo a 135, de 26 de junho de 2	às condições e aos requisitos 007.		
Carteira de TrabalhoCPF e RG					
- CadÚnico (Programas Sociais	s)				
		Rio Preto	o, de de 2018.		
Assinatura					